

## Rachel Cecília de Oliveira Costa

### Do Funcionário e de suas implicações

O trabalho é uma característica humana comum que diz sobre sua dignidade (ST: 43)<sup>1</sup>. Através dele podemos construir a história da humanidade. “Fábricas são lugares em que novos tipos de seres humanos são sempre produzidos: primeiro o homem-mão, depois o homem-ferramenta, depois o homem-máquina, e finalmente o homem-robô. Repetindo: Esta é a história da humanidade” (ST: 44-45). O objetivo do presente artigo é analisar a sociedade contemporânea a partir da contraposição entre trabalho e funcionamento, explicitando suas relações e implicações a partir da figura do FUNCIONÁRIO.

“A ontologia se ocupa do problema de como é o mundo, enquanto que a deontologia cuida de como ele deveria ser e a metodologia, da maneira de transformá-lo”. Não se pode utilizar uma dessas três categorias separadamente, pois elas estão entrelaçadas: o saber como é o mundo implica o questionar como ele deveria ser, que implica o pensar sobre as maneiras de transformá-lo. Na antigüidade o trabalho implicava esses três aspectos indistintamente. A separação dos três dá início à história, e essa pode ser entendida como uma elaboração dessa tripartição. “Assim posto, a história nos oferece três modelos de trabalho: o trabalho clássico (comprometido), o trabalho moderno (investigador) e o trabalho presente (funcional)”<sup>2</sup>.

A ontologia dominante na história se manifesta no trabalho como uma relação entre capitalista e proletário. O capitalista modela sua matéria-prima para que se adeque a seus projetos, e modela do mesmo modo o seu proletário para que ele também se adeque ao projeto, transformando-o em massa. O capitalista possui uma visão embasada em teorias científicas; teoria, em tal ontologia, é uma elaboração de formas mutáveis (PH: 34). É como se a ciência existisse para resolver problemas práticos. É a máquina quem ocupa o lugar do homem, e ele passa a ser apenas um instrumento dela (FCP: 21). O proletário é revolucionário, e o é devido à ontologia que o domina (PH: 37). Segundo Krause, Flusser “entende ‘trabalho’ como transformação consciente da matéria e da natureza que, por sua vez, transforma quem trabalha”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Usaremos as abreviações a seguir: para o livro *Pós História: vinte instantâneos e um modo de usar*: PH; para o livro *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*: FCP; para o livro *A Dívida*: AD; para o livro *Da Religiosidade*: DR; para o livro *Ficções Filosóficas*: FF; para o livro *Writings*: WR; para o livro *Choses et non-choses*: CC; para o livro *The Shape of Things*: ST. Os artigos e as referências secundárias serão citados em nota de pé de página.

<sup>2</sup> FLUSSER, V. “Para Além das Máquinas”.

<sup>3</sup> KRAUSE, G. “O Funcionário Fascinado”.

Trabalho implica metodologia, ou seja, que as coisas devem e podem ser modificadas<sup>4</sup>. O trabalho caracteriza tanto a relação pré-histórica como a histórica.

Na pós-história<sup>5</sup> a modificação da ontologia implica mudança no significado do termo teoria. O que entendemos como teoria, contemporaneamente, é diferente do que os modernos entenderam. A sociedade pós-industrial funcionaliza e modifica as relações e as formas de produção, assim como as sociedades anteriores. Essa alteração é ontológica, modifica a experiência, a visão e a ação da sociedade (PH: 34). Assim, a ontologia dominante em nossa sociedade revela questões que permitem uma análise detalhada da situação. A fonte da ontologia atual é a práxis do funcionário – resumidamente, a manipulação de símbolos em um mundo codificado. A situação pós-histórica se caracteriza pelo funcionamento do homem em prol dos aparelhos; a grande diferença entre a história e a pós-história é que, na primeira, as máquinas e os operários trabalham para modificar o mundo, enquanto na segunda os aparelhos funcionam para modificar o homem. Aparelhos são uma nova categoria de instrumentos, diferentes dos utilizados até então. Os funcionários também são uma nova entidade que não pode ser chamada de humana, por ser coisificada (DR: 85). Funcionários não trabalham, no sentido moderno do termo, eles produzem informação. Pode-se alegar que essa função sempre existiu, mas a principal diferença, agora, é que esse tipo de atividade de produção e manipulação simbólica, antes exercida por homens, agora é, na sua grande maioria, exercida por aparelhos (FCP: 22). A função de modificar o mundo não cabe mais aos homens, mas aos aparelhos (FCP: 23). Por isso, a linguagem, com suas categorias modernas, não abarca a situação pós-histórica: é necessário elaborar novas categorias para que possamos compreender o clima (*Stimmung*) pós-histórico (FCP: 22-23).

A antigüidade, representada pelo pensamento religioso, caracteriza a primeira etapa do desenvolvimento da tripartição ontologia, deontologia e metodologia. Ela projeta uma existência que tem uma meta a ser cumprida, o que faz com que o ser humano a ela se oponha. A imagem religiosa, imagem finalística, pede que pensemos a questão da liberdade, pois se existe realmente um destino, há espaço para a liberdade? Esta se torna uma questão de emancipação do pecado. A questão dos valores é a mais importante para essa visão de mundo. Já a idade moderna, representada pelo pensamento científico, aparece na segunda etapa do desenvolvimento da tripartição, projetando a existência como relação de cadeias causais. Para que se desenvolva, se desvincula do aspecto religioso e passa a ser sem valores. Essa segunda imagem dá impressão de possibilidade de liberdade. Como as causas são variadas e os efeitos imprevisíveis, existe uma

---

<sup>4</sup> FLUSSER, V. “Para Além das Máquinas”.

<sup>5</sup> O conceito de pós-história foi elaborado com o intuito de caracterizar a sociedade contemporânea, abordando suas mazelas tecnológicas e a influência crucial dos meios de comunicação. A nomenclatura pressupõe três etapas: a pré-história, a história e a pós-história.

sensação subjetiva de liberdade; no entanto, a relação de causa e efeito é mecânica. Como, então, se livrar da necessidade da relação da causa e do efeito?

É interessante perceber que as duas imagens da existência possuem estrutura linear idêntica, isto é, a estrutura da imagem finalística é “motivo-meta” e a estrutura da imagem causalística é “causa-efeito”, o que significa que as duas podem conviver simultaneamente (PH: 31). O problema é que essas duas imagens da existência são insustentáveis atualmente, pois nos encontramos em existência programática (PH: 25). Nela, a coexistência das imagens finalística e causalística não se sustentam. A visão programática é composta de várias dimensões, sendo a finalidade e a causalidade duas delas, mas essas duas imagens já não são como descritas acima, foram modificadas. A imagem programática não admite outra visão de mundo concomitante (PH: 30), os valores não têm mais sentido nessa situação. Nela parece impossível a existência de liberdade, parece que essa questão já não cabe mais (PH: 26), pois, ao levar em consideração que a sociedade programática funciona sem a existência de causas para tanto, a questão da liberdade passa a não ser possível (PH: 29).

Na verdade, vivemos em um mundo duplo: “a escola ensina o mundo como conjunto de cadeias causais, como tecido de causa e efeito. A vivência ensina o mundo como amontoado de acasos, pelo qual se acotovelam as vontades dos seres vivos para penetrá-lo por seu esforço, se tiverem sorte” (HD: 108). Ou melhor, vivemos em um mundo triplo, já que a imagem finalista também está presente em nosso cotidiano. Ora, isso indica que perdemos o senso de realidade. A separação entre *fazer* e *ser* faz com que o aspecto ontológico também se separe do deontológico e do metodológico, ou seja, “o como é” deixa de se vincular ao “como deveria ser” e ao “como transformá-lo”. Logo, essa desvinculação ocasiona a dominação do aspecto metodológico. Com isso, os outros dois aspectos deixam de ter significado, sendo que sem a pergunta “pra quê?” o trabalho se torna sem sentido<sup>6</sup>.

“Funcionar é permutar símbolos programados” (FCP: 25), “é um processo no qual variam os valores das entidades empenhadas no funcionamento” (DR: 84). O funcionário vive para funcionar e garantir os seus direitos, isso é uma ontologia formalista que retira os significados da política, o proletário revolucionário já não tem sentido nesse contexto. “(...) [O] funcionário exerce função, isto é: o funcionário é uma propriedade, um atributo do aparelho” (DR: 87). Todo movimento dele mostra a “vontade” do aparelho. E essa vontade é o projeto do aparelho sendo praticado. Nem este, nem o funcionário são humanos, por isso não podem ser julgados com categorias humanas (DR: 87). A vida do funcionário é “um eterno retorno do sempre idêntico”, nas palavras de Nietzsche, mas esse eterno retorno não é infinito, não é eterno porque chega um momento em que ele pára de funcionar, se aposenta (DR: 86).

---

<sup>6</sup> FLUSSER, V. “Para Além das Máquinas”.

“Acresce que a motivação do funcionário — quer, ou não quer, produzir aquele produto específico? — não tem importância nenhuma. Importa-lhe o emprego, ou, em outras palavras, importa-lhe estar funcionando e ser funcionário”<sup>7</sup>. Ele é parte de uma massa amorfa que vive em função do seu trabalho e não precisa utilizar nenhuma capacidade intelectual para realizá-lo: eles apenas apertam botões, continuam não conhecendo o funcionamento do aparelho no qual trabalham. “O funcionário não consegue compreender a finalidade do aparelho — em última instância, aparelhá-lo. Seus movimentos são caracterizados pela circularidade ou pela serialidade: cada um imita o outro para ser *ninguém*, ou *todo mundo*”<sup>8</sup>.

Para entendermos a situação do funcionário precisamos pensar no que é manipulação simbólica, já que essa é a função dele. E, para tanto, temos, primeiramente, que entender o que Flusser está chamando de símbolo. O símbolo deixou de significar a realidade, a realidade é que passou a dar significado ao símbolo: as relações significativas foram invertidas na pós-história (PH: 36). O homem primitivo é alienado pelo seu meio e é a expressão de sua cultura. Já na relação entre homem e aparelho a variável é o homem (ST: 45). Com a inversão do vetor de significação, a pessoa se transformou no que significa a codificação simbólica emitida pelo funcionário nas aberturas do aparelho, pelo *input* e *output*. É a pessoa o símbolo e, por exemplo, sua fotografia o significado. Vivemos em um mundo codificado no qual símbolos são fenômenos decifráveis (PH: 35) que, na verdade, não são decifrados; por isso, o mundo codificado passa a ser a realidade do funcionário. Ele quer que o aparelho modifique a sua realidade, que lhe dê seus direitos, logo, para ele, os símbolos são a própria realidade, não são como, para o lógico, “fenômenos convencionados para terem significado” (PH: 36). Flusser denomina o homem contemporâneo de *homo ludens*, pois para viver em uma sociedade programada como a nossa é necessário jogar, jogar contra o programa para tentar esgotá-lo. O funcionário é uma espécie de trabalhador da contemporaneidade, um manipulador de bens simbólicos característicos de um mundo codificado (PH: 33). É uma “pessoa que brinca com o aparelho e age em função dele” (FCP: 77).

“[A]parelhos são caixas pretas<sup>9</sup> que simulam o pensamento humano graças a teorias científicas, as quais, como o pensamento humano, permutam símbolos contidos em sua ‘memória’, em seus programas” (FCP: 28). Isto é, aparelhos são máquinas pós-industriais que funcionam a partir de um programa finito, o qual funciona por permutação, simulando o

---

<sup>7</sup> KRAUSE, G. “O Funcionário Fascinado”.

<sup>8</sup> KRAUSE, GB. *A dúvida de Flusser*, p. 170.

<sup>9</sup> “O termo “caixa-preta” veio da eletrônica, que o usava para designar parte complexa de um circuito eletrônico omitida intencionalmente no desenho de um circuito maior e substituída por uma caixa (box) vazia, sobre a qual se escreve apenas o nome do circuito omitido” (KRAUSE, G. “A Arte de Escrever com Luz: Memória, Fotografia e Ficção”).

pensamento humano. Por exemplo: computador, máquina fotográfica. O funcionário tanto se perde quanto domina o aparelho (FCP: 24), pois opera um aparelho que não sabe como funciona. Ele apenas domina o *input* e o *output* do aparelho, o que acontece dentro da caixa-preta ele não consegue desvendar. Para funcionar, os aparelhos possuem programas compostos de símbolos permutáveis. Como em toda permutação matemática, há um número de virtualidades contidas mais ou menos prováveis de acontecer; mas, no decorrer das permutações, necessariamente todas irão ocorrer (FCP: 23-26). O programa deve ser rico e mais elaborado do que as capacidades do funcionário, pois é um jogo<sup>10</sup> de símbolos permutáveis, e o jogo deve superar a capacidade do funcionário que joga. O funcionário joga contra o programa, no intuito de superá-lo. A questão é que ele sabe jogar o jogo, mas não domina o programa (FCP: 25). O programa gera a ilusão de que o funcionário é livre, de que ele pode escolher, mas na verdade, para exercer a liberdade, ele precisa superar o programa.

O homem passou de *homo faber* para *homo ludens* (FCP: 24) e a sociologia ainda não conseguiu administrar essa mudança. Vivemos em um mundo em que predominam jogadores, mas as teorias são elaboradas em cima de trabalhadores (DR: 83). Os programadores são jogadores em programas que priorizam o jogo em detrimento do mundo concreto (PH: 37). A única realidade existente para o programador é o funcionamento em uma ontologia programática. O homem é transformado em um símbolo do programa (PH: 38). Para eles, viver é jogar com símbolos, é o jogo do funcionamento, e toda a sua realidade são os símbolos, mas seu significado não é articulável. O mundo se divide em: jogadores e marionetes: os primeiros criam os programas e os últimos são programados (CC: 108). O desenvolvimento tecnológico transformou o trabalho físico em algo desnecessário; mesmo as classes menos abastadas da sociedade conseguem, em grande parte, usufruir da possibilidade de não trabalhar, de apenas funcionar (DR: 83). O totalitarismo programático nos liberta do trabalho (CC: 108), ou melhor, produz a ilusão de que somos liberados do trabalho, mas somos apenas transferidos de função, passamos de operários a funcionários (FCP: 25). “Agora começamos a desconfiar de que a circunstância de ser liberado do trabalho pela máquina não equivale a ser o sujeito da história, mas equivale melhor a um funcionar ‘melhor’, em forma de consumo-consumidor, como uma função do aparato”<sup>11</sup>. O funcionário não se dá conta do que acontece no sistema porque está imerso nele. Funciona em função do aparelho. Se ele conseguisse superar as engrenagens do sistema deixaria de ser funcionário e passaria a ser ser-humano (DR: 85).

Existe uma hierarquia dos programas, se programadores programam em função de um meta-programa (FCP: 26); podemos, então, considerar um aparelho como um função de um

---

<sup>10</sup> “Que “jogo” seja todo sistema composto de elementos combináveis de acordo com regras” (Jogos, OESP, 09/12/67).

<sup>11</sup> KRAUSE, G. “O Funcionário Fascinado”.

aparelho mais desenvolvido (DR: 85). Em conseqüência, na relação aparelho x funcionário não existe mais um proprietário dos aparelhos, o que realmente importa é se se consegue esgotar as potencialidades do programa. O poder está nas mãos apenas de quem supera o programa. As relações foram completamente desumanizadas (FCP: 27).

Em um sentido lógico, o homem é um atributo do aparato, pois durante o trabalho pode ser substituído por outro homem, ainda que em sentido jurídico continuem existindo alguns proprietários humanos da máquina. Na relação “máquina-homem” é precisamente a máquina a constante e o homem é a variável. O que não deixa de fazer problemático o conceito mesmo de “propriedade”: o capitalista se converte assim mesmo em propriedade da máquina, que é dona também do proletário, ainda que de maneira diferente. Assim, pois, liberar-se significa liberar-se *da máquina* e não *através da máquina*, e a pergunta “quem deve possuir a máquina?” significa, por conseqüência, o seguinte: “há alguém, ou algo, mais além da máquina?”.<sup>12</sup>

Por isso não podemos pensar finalisticamente, não encontraremos ninguém por trás dos aparelhos, eles se autonomizaram. “Toda ‘Kulturkritik’ atual é anacronismo” (PH: 30). Nós somos na verdade funcionários dos aparelhos, a nossa crítica é feita em função deles. Vivemos sob a hegemonia dos programas e já perdemos o controle. Os aparelhos funcionam por inércia e, depois de algum tempo, se desvencilham de qualquer tipo de controle (PH: 14). Os próprios programadores e criadores dos programas já não os controlam mais, eles são agora apenas funcionários, eles criam os programas para os meta-programas os impelirem e assim *ad infinitum* (FCP: 26-7). É o acaso que gere a sociedade programática (PH: 28). Isso é algo novo em relação às sociedades anteriores: a finalística (religiosa) e a causalística (científica). Nessas duas perspectivas não há possibilidade de existência do novo, o acaso se caracterizaria como algo desconhecido; já para a sociedade programática a causa e o efeito são acasos mal interpretados (PH: 28). A disseminação dos aparelhos e a constante busca pela própria superação, para a invenção de algo melhor, coloca o homem em um eterno retorno de esforços para superar o que já foi realizado anteriormente, transformando-o em funcionário dos aparelhos (PH: 29). A pós-história caracteriza um tempo no qual as pessoas vivem em um presente constante. “Futuro” corresponde às virtualidades ainda não realizadas; elas irão se realizar em todos os aspectos, no presente; e elas se ‘aproximam’ umas das outras no sentido espacial e temporal da palavra. ‘Passado’ corresponde às virtualidades já realizadas, mas o passado é presente: ele é o presente no

---

<sup>12</sup> FLUSSER, V. “Para Além das Máquinas”.

sentido de um dique que traz de volta as virtualidades realizadas. O futuro e o passado somente são ‘reais’ quando feitos no presente.”(WR: 118)<sup>13</sup>

O problema da sociedade ocidental está na tentativa de transformação do homem em objeto. Os mesmos aparelhos que auxiliam o homem, emancipando-o do trabalho (PH: 14), o desumanizam. Assim, a principal característica da nossa cultura é a capacidade de “transcendência objetivante”, é justamente essa característica que impele a transformação de tudo em objeto de conhecimento e manipulação. Objetivação é “técnica social levada ao extremo” (PH: 15). Vivenciamos uma situação insustentável, pois chegamos ao ponto de existir uma certeza: a certeza na objetividade do homem. O robô faz apenas o que o homem quer, mas o homem pode querer apenas o que o robô pode fazer. É um novo método: o homem é uma funcionalidade do robô que funciona como uma função dele (ST: 48).

Isso nos coloca em situação existencial incomparável a qualquer outra. Nossa vida é programada por aparelhos. Por exemplo: a programação da família é uma questão estratégica na atualidade. O avanço da medicina diminui a mortalidade infantil, mas isso é fato principalmente nos países subdesenvolvidos, pois nos países de 1º mundo o aborto é direito gratuito das mulheres. Nos países em desenvolvimento os pais não conseguem nutrir seus filhos, nos desenvolvidos os filhos não conseguirão nutrir seus pais aposentados (PH: 49). Essa situação implica aspectos econômicos sociais, políticos e éticos. Mas há, também, um problema epistemológico envolvido: “(...) até que ponto o homem e a sociedade podem ser objetivados, e manipulados como objetos?” (PH: 50). Quanto mais se conhece o homem, menos ele se reconhece nele, sendo que, na verdade, “[e]nquanto sujeito o homem é um estar-comigo (Mitsein) no qual me reconheço” (PH: 50). A sociedade pós-histórica é uma tecnocracia na qual os funcionários são cada vez mais invisíveis no interior das caixas-pretas. A classe dominante é a dos aparelhos, formando uma sociedade des-humana (PH: 37). Uma espécie de encenação do *Processo* de Kafka, com engrenagens invisíveis das quais não se pode desvencilhar (DR: 88). “Mas sim, sobretudo, porque o aparato se tem convertido na única justificativa e no significado único de nossa vida. Não há nada mais além do aparato; e qualquer especulação ontológica e ética que vá mais além dele mesmo, isto é, qualquer questionamento da função e do funcionamento se tem transformado em “metafísica” e perdido seu sentido (isto é precisamente o “desespero”)”<sup>14</sup>.

É tarefa política reformular o tecido da sociedade. Não existe república atualmente, já que essa é um “espaço público dos diálogos circulares” (PH: 63). Vista externamente, a crise é estrutural: é necessária a existência de espaço para a intersubjetividade. A crise da ciência deve ser

<sup>13</sup> “‘Future’ corresponds to these as yet unrealized possibilities; they are coming from all sides into the present, and they ‘approach’ each other in the spatial and temporal senses of the word. ‘Past’ corresponds to the already realized possibilities, but the past is present: it is present in the sense of a dam holding back already realized possibilities. The future and the past are only ‘real’ when they are made present” (WR: 118)

<sup>14</sup> FLUSSER, V. “Para Além das Máquinas”.

visualizada no contexto comunicológico. Sem espaço para a política, essa crise parece insolúvel (PH: 63). Temos que transfigurar o funcionamento programado dos aparelhos. “[O] que devemos aprender é assumir o absurdo, se quisermos emancipar-nos do funcionamento”. A liberdade está no jogo com os aparelhos, quem não joga é mera peça dessa engrenagem (PH: 31). O termo teoria na pós- história significará, muito provavelmente, estratégia de jogos (PH: 38). Estratégias só são aplicáveis quando há regras de jogo. Tanto regras como símbolos são convenções. Assim, a ontologia do mundo codificado tem o consenso como fonte do real, e a realidade radical para essa ontologia passa a ser a intersubjetividade humana. Assim será possível uma sociedade não totalitária, mas dialógica (PH: 39). “O que falta é uma distância irônica que eleva a mente contempladora por cima do turbilhão dos acontecimentos” (DR: 84)

### Referências:

- FLUSSER, V. (1983) *Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas Cidades
- : (2002) *Da religiosidade: a literatura e o senso de realidade*. São Paulo: Escrituras
- : (2002) *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: Relume Dumará
- : (1996) *Choses et non-choses: esquisses phénoménologiques*. Tradução: Jean Mouchard. Nimes: J. Chambon
- : (2002) *Writings*. Org. A. Ströhl. Minnesota: University of Minnesota Press
- : (1999) *The Shape of Things*. Reaktion Books
- : (1963) “Da diversão”. SUPLEMENTO LITERÁRIO, OESP, 7 (334): 4, 15.06.63
- : (1967) ”Jogos”. SUPLEMENTO LITERÁRIO, OESP, 12 (556): 1, 09.12.67
- : (1967) “Avanço da industrialização”. SUPLEMENTO LITERÁRIO, OESP, 11 (538): 3, 29.07.67
- : (1982) “O instrumento do fotógrafo ou o fotógrafo do instrumento”. IRIS, (351): 18-19
- DUARTE, R. A. P. (2003) *Das Lob der Oberflächlichkeit und ihre Kritik : Flussers Medientheorie und die Kulturindustrie-Theorie von Horkheimer und Adorno*. In: DUARTE R., FAHLE O., SCHWEPPENHAUSER G. (Org.) *Massenkultur : Kritische Theorien im interkulturellen Vergleich*. Munster : Lit , 2003.
- KRAUSE, G. B; MENDES, R. (2000) (orgs.). *Vilém Flusser no Brasil*. RJ: Relume-Dumará.
- KRAUSE, G. B. (2002) *A dívida de Flusser: filosofia e literatura*. São Paulo: Globo.
- : (2006) “A Arte de Escrever com Luz: Memória, Fotografia e Ficção”. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/editor10.htm>. Acessado em: 29/08/2006.
- : (2006) “Filosofar in situ”. Texto apresentado em reunião do Grupo Flusser de 07/04/2006 na UFMG.

-(2006) "O Funcionário Fascinado"

<http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/flusser36.htm>